

Do desvio ofensivo ao desvio defensivo — o governo local em Viena/Áustria de 1867 a 1997

Andreas Novy*
Joachim Becker*

Os anos 70 e 80 foram caracterizados, na Europa, por estratégias de desenvolvimento divergentes. Foram tentados alguns modelos de descentralização política e experiências locais de desenvolvimento alternativo, que significaram a vanguarda “de baixo” de uma reorganização da regulação nacional. Na segunda parte dos anos 80 e dos 90, o ataque “de cima” tornou-se dominante. O movimento crescente em direção à centralização e à internacionalização afetava a regulação local tanto quanto a nacional. Este artigo analisa sob que requisitos os modos de desenvolvimento em níveis nacional e local podem divergir. A crise atual da regulação espacial não é a primeira na História recente da Europa, tampouco a reorganização do espaço político e econômico é um fenômeno novo. Seguindo Fiori (1995), queremos analisar a dialética entre estratégias de acumulação e projetos de Estado (em inglês, *state projects*; JESSOP, 1990) tanto nacional como local. De um lado, as estratégias de acumulação têm um impacto nas relações entre o espaço econômico e o território político e na homogeneidade/heterogeneidade regional de uma formação social nacional que influi nas opções disponíveis concernentes às estratégias nos diferentes níveis territoriais do Estado. De outro lado, as estratégias de Estado influem nas estratégias de acumulação. Além disso, uma acumulação estabilizada é um requisito para projetos hegemônicos, que, baseados na liderança intelectual, num projeto de Estado claro e na capacitação organizacional dos grupos dominantes, podem criar condições favoráveis para as estratégias de acumulação (GRAMSCI, 1971).

A teoria de regulação, que trata dessas questões, focalizou sua pesquisa exatamente num período determinado — o do fordismo —, que foi caracterizado

* Professor da Universidade de Economia de Viena.

* Professor da Universidade de Economia de Viena.

por um desenvolvimento regional bastante homogêneo e por um nível elevado de hegemonia, isto é, uma dominação baseada predominantemente no consenso e no apoio ativo dos grupos decisivos da sociedade civil. Mas, historicamente, hegemonia é mais exceção do que regra. Disputas sobre um novo modelo acontecem nas grandes crises, que são situações comparadamente “abertas” (FIORI, 1995). As opções e estratégias dos diferentes atores sociais carregam o peso da História (MARX, 1965, p. 9 seg.) e não podem ser entendidas sem uma averiguação nos períodos de estabilidade anteriores àquelas crises, que fornecem a base para formar estratégias.

Considerando a articulação do econômico com o político nos diferentes níveis territoriais, é possível diferenciar quatro períodos históricos relevantes na História moderna de Viena e da Áustria. A tentativa mal-sucedida, menos econômica do que politicamente, de centralização no Império Habsburgo, sucedeu-se a fragmentação em Estados nacionais pequenos e economicamente desintegrados pela experiência mundialmente conhecida de um socialismo local em Viena — “Viena Vermelha”. O fascismo não será tratado como período próprio, mesmo reconhecendo que seus efeitos a longo prazo, tanto econômica quanto politicamente, são importantes para entender a Áustria do Pós-Guerra. A derrota do fascismo resultou numa forma melhor sucedida de Estado-nação e numa hegemonia emergente. Porém, também na Áustria, a regulação nacional entrou em crise nos últimos anos. Em seguida, queremos analisar a relação entre o desenvolvimento econômico e político em detalhe.

1 - Viena dos Habsburgos: centro dinâmico de um império centralizado, mas não nacional

1.1 - Áustria

A economia austriaca, no final do século passado e no começo do século XX, caracterizou-se pelo regime de acumulação extensivo. As indústrias de engenharia elétrica e de produtos químicos e de consumo (especialmente, têxtil e alimentícios) foram as responsáveis por grande parte da produção industrial (GROSS, 1985, p. 232 e seg.). Grupos financeiramente potentes investiram principalmente nas indústrias relacionadas com a agricultura e com o transporte. Os setores dinâmicos foram logo dominados por empresas estrangeiras. O setor industrial concentrou-se em poucas áreas, principalmente na parte oeste do Império (o que é hoje a Áustria e a República Tcheca). A parte leste do Império (Hungria) foi, com poucas exceções, predominantemente rural e pouco

industrializada. Seus grupos ricos (a nobreza húngara e grupos urbanos) formaram um mercado pronto para as indústrias do lado ocidental. Nesse caso, a parte leste do Império foi vinculada numa espécie de colônia interna, e as indústrias da parte oeste do Império mostraram pouca inclinação para exportar (GOOD, 1986). Como em outros países da Europa Central, os bancos exerceram um papel muito importante em promover a industrialização. Via *shareholdings* e interconecção de postos de diretores, foram intimamente ligados às empresas industriais. O Império Habsburgo não exportava capital monetário num nível significativo, porque os bancos encontraram mercados dentro do próprio Império. Segundo Platt (1984, p.86), os interesses financeiros austríacos detiveram, aproximadamente, 90% do seu investimento “externo” em território húngaro e boa parte do Balcãs.

Politicamente, a Coroa, a burocracia central e os militares, quer dizer, principalmente a nobreza (alta), foram ambivalentes no que concerne às relações de produção capitalistas e tentaram preservar parte da velha ordem. Centraram-se numa estratégia que pode ser chamada de “mudança controlada por cima”. Eles partilharam o interesse de preservar o império multinacional, econômica e socialmente heterogêneo. Parte da classe média aproximou-se mais do que se poderia chamar de agenda econômica liberal, mas sua visão geral foi nacional, por isso, colocava em perigo a unidade imperial (BRUCKMÜLLER, 1985, p. 446 e seg., LE RIDER, 1994). Refletindo essa divisão sócio-política, existiram dois tipos de correntes intelectuais — uma multinacional e diversas nacionais. Um dos motivos principais da Coroa e de seus aliados, com a finalidade de centralizar o processo das tomadas de decisão, foi reprimir os movimentos nacionais e democráticos, com exceção da Hungria, onde o movimento nacional se divorciou do movimento democrático. A aliança dominante baseou-se em fundamentos sociais e ideológicos frágeis. Por causa da constelação sócio-econômica e sócio-política complicada, o bloco teve que se fundar em uma legitimação dinástica, que foi, obviamente, anacrônica na virada do século (HOBSBAWM, 1991).

1.2 - Viena

Viena foi, sem dúvida, o centro do império heterogêneo. A burguesia financeira de Viena fez parte de uma burguesia financeira internacional fortemente interligada (POLANYI, 1990). Seus tentáculos financeiros estenderam-se até as mais remotas esquinas do Império de Habsburgo. Já na segunda metade do século passado, indústrias mais “maduras” (como a indústria têxtil) começaram a evadir de Viena (MEIßL, 1983: 116). Esse setor foi substituído por indústrias novas, principalmente a indústria mecânica, que teve um *boom* devido às

construções de ferrovias. A produção artesanal foi mais difundida que em outros centros industriais da Europa ocidental e em Praga (MELINZ, ZIMMERMANN, 1996, p. 23 e seg.). As empresas estatais tiveram um papel importante na estrutura industrial, principalmente na área militar (Meißl 1983: 120). No final do século, a indústria elétrica constituiu-se como setor líder, sendo formada em boa parte por *foreign direct investment* (FDI). Em 1890 e 1910, 57% e 49%, respectivamente, da mão-de-obra da indústria elétrica na parte oeste do Império estavam empregados em Viena. A concentração não foi tão elevada em outros ramos da indústria de bens de consumo (BANIK-SCHWEITZER, 1996, p. 39 e seg.).

Politicamente, por causa das leis eleitorais restritivas (LEHNERT, 1996, p. 95 e seg.), a burguesia financeira, comercial e industrial foi capaz de controlar a política local. No final do século, até a prefeitura liberal teve que aumentar o papel do Estado local. A base financeira da Cidade, principalmente impostos indiretos sobre o consumo e a moradia (SELIGER, 1996, p. 89), foi fortalecida por causa dos subsídios do Governo Central, refletindo o *status* de capital. Os pequenos produtores formaram a base do Partido Cristão Social. Como a burguesia industrial permaneceu fraca, Viena foi — uma grande exceção naquela época — governada por um partido não liberal. Karl Lueger, Prefeito de Viena no período 1896-1911, baseou seu governo numa aliança entre a parte alta da pequena burguesia e a própria burguesia. A prestação de serviços por parte das companhias privadas não foi satisfatória. Refletindo sobre a necessidade da indústria local, Lueger comunalizou o transporte público e a distribuição de gás, duas partes cruciais da infra-estrutura local. A receita das empresas comunalizadas que cobravam tarifas altas formaram uma parte importante das receitas da Prefeitura. Mas a Cidade teve que se endividar para financiar a comunalização (SELIGER, 1996, p.90). Essas políticas permitiram a modernização da indústria vienense e um processo de *catch-up* com a Europa ocidental. O autoproclamado “socialismo municipal” não mudou a estrutura social dessa cidade polarizada, não fazendo alterações na política orçamentária. Em nível nacional, a estratégia de mudança controlada, executada por cima, baseou-se, porém, num bloco social mais sólido que na época do Império. A questão nacional não interferiu tanto. A sociedade em Viena foi muito mais profundamente capitalista do que no resto do País. Por isso, não é de se surpreender que o enfoque ideológico dos sociais-cristãos de Viena fosse bastante moderno. A base ideológica formou o anti-semitismo, que se mostrou muito eficaz em ganhar o apoio de boa parte da pequena burguesia da Cidade (FUCHS, 1996, p. 58 e seg.). Em oposição aos cristãos-sociais, a social-democracia surgiu como um movimento de contrapoder bastante significativo, mas foi impedida de ganhar eleições por causa de uma lei eleitoral bastante restritiva.

2 - “Hidrocéfalo” Viena: centro de um Estado-nação amputado (1918-45)

2.1 - Áustria

Economicamente, o fim do Império implicou graves consequências. O herdado e pouco modificado regime de acumulação baseou-se nas exportações de capital de mercadorias de Viena para outras partes do Império. Essa extravessão disfarçada, na fase final do Império, transformou-se numa extravessão aberta. Tanto o capital bancário como o industrial se mostraram incapazes de adaptar-se a essas circunstâncias novas.

O setor financeiro foi abalado pela hiperinflação dos primeiros anos Pós-Guerra. Em 1922, a política de austeridade, sob o controle da Liga das Nações, começou a fortalecer o setor financeiro e a reduzir a inflação. Mas não impediu o declínio e a crise permanente do setor bancário. Os bancos vienenses que parcialmente foram absorvidos pelo capital estrangeiro tentaram segurar seus interesses nos países sucessores do Império Habsburgo. Essa estratégia baseou-se em ilusões políticas e produziu grandes fracassos. Os bancos financiaram compromissos a longo prazo com créditos a curto prazo. A partir do final dos anos 20, o sistema financeiro austríaco foi profundamente afetado pela crise dos EUA, e, em 1931, o colapso do Creditanstalt, o maior banco austríaco, de forte vínculo internacional, foi decisivo para agudizar a crise financeira internacional (KERNBAUER et al. 1983, WEBER, 1995). A reabilitação do setor bancário do começo da década 30 custou muito caro e foi muito prejudicial aos outros setores da economia austríaca (STIEFEL, 1988).

A porcentagem das exportações nos países sucessores do Império que implantaram políticas protecionistas sofreu uma redução de 58,6% em 1920 para 31,7% em 1937 (WEBER, 1995, p. 32, tab. 6). A indústria austríaca não foi muito competitiva em outros mercados, e as taxas altas de juros tornaram as tentativas de modernizar a indústria num empreendimento encarecedor. Como consequência da decrescente participação da indústria nas exportações, produziu-se uma “reprimitivização” do comércio externo (ibid., p. 32). Nos anos 30, a indústria austríaca foi afetada gravemente pelas medidas protecionistas, porque não dispunha de grandes colônias nas quais poderia concentrar-se. Os problemas refletiram-se na quota de exportação oscilante (definida como porcentagem das exportações industriais no total do BNP), o que foi aproximadamente 20% no final dos anos 20, caindo para 8,6% em 1933 e subindo de novo para 12% em 1937 (cálculo próprio, baseado em Kausel et al. 1965, tab.25, 26, BUTSCHEK, 1985: 217).

O mercado doméstico também não se mostrou uma alternativa. O governo conservador, fortalecido por interesses estrangeiros, tentou reverter as conquistas sociais conseguidas imediatamente no Pós-Guerra pelo movimento operário. Tentou reduzir gastos sociais, fazendo, dessa maneira, uma política pro-cíclica. Especialmente nos anos 30, o governo conservador tentou reduzir os salários direto e indireto para aumentar a competitividade internacional (enquanto estabilizava o câmbio). Uma parte importante da população continuou trabalhando na pequena produção e na subsistência. Devido a essa estrutura social, o mercado doméstico ficou limitado.

A indústria austríaca enfrentou uma crise estrutural, com produção reduzida e taxas elevadas de desemprego, ainda que comparadas ao padrão internacional, já com níveis nada satisfatórios. O desempenho macroeconômico esteve debilitado nos anos entre as Guerras. De 1913 a 1929, o crescimento do BNP na Áustria foi de 0,3%.a.a., e o da Europa foi de 1,9% a.a.; no período 1929-37, o BNP austríaco reduziu-se para 1,8% a.a., enquanto, de 1929 até 1938, o crescimento médio na Europa foi de 1,1% (WEBER, 1995, p. 29, tab. 4, STIEFEL, 1988, KERNBAUER et al. 1983).

Politicamente, no Entre-Guerras, surgiu uma fração dominante de capital — o capital financeiro. Sua estratégia de acumulação baseava-se numa base ideológica clara — o liberalismo. Isso não combinou bem com o contexto de uma faixa grande de pequenos produtores com traços pré-capitalistas, que forneceram a base social das forças da direita. O liberalismo não ganhou os corações e a mente dos agricultores, que, muitas vezes, ficaram na produção para a subsistência. Por isso, adicionou-se ao liberalismo ideológico uma forte dose de catolicismo e de elementos românticos, por exemplo, a concepção do *Ständestaat* (TÁLOS et al. 1995, esp. cap. 3, 5). A classe trabalhadora e seu representante político, a social-democracia, não aderiram ao liberalismo econômico, nem aceitaram a batina. A social-democracia continuou comprometida com a capacitação dos trabalhadores e a socialização dos meios de produção (BUTTERWEGE, 1991). O capital financeiro não conseguiu ultrapassar sua classe e outras fronteiras ideológicas em nome do nacionalismo, porque foi incapaz de adaptar-se à nova organização territorial. Não é de se surpreender que, nessa situação, o novo Estado-nação austríaco enfrentasse problemas severos de legitimação. Houve inúmeras discussões sobre a adesão à Alemanha, ou formar uma Confederação Danúbio. No começo, o movimento operário favoreceu a primeira opção, querendo ver uma industrialização mais rápida; certos setores do capital financeiro estiveram em prol da segunda (SANDGRUBER, 1995). As duas opções não foram, porém, excludentes; implicaram a tentativa de conservar a função central de Viena: de um lado, com políticas comerciais com os estados às margens do Danúbio, de outro, caso

estes resistissem politicamente, apoiado pelo Império alemão (STIEFEL, 1988, p. 336). A perpétua discussão sobre o *Anschluß*, a Alemanha e a Confederação do Danúbio, sob a liderança de Áustria, foi somente um aspecto da questão territorial (RÁSKY, 1995). Imediatamente depois da Primeira Guerra Mundial, os históricos *Länder*, que tiveram condições sócio-econômicas bastante diferentes, exigiam autonomia regional. No final, as burocracias centralizadas do velho império prevaleceram, permitindo somente a institucionalização de um federalismo numa forma bastante *light*. Mais adiante, os conflitos centralização *versus* descentralização na Primeira República foram profundamente influenciados pelo conflito entre o governo central conservador e o governo local e regional social-democrata de Viena, quando se formou uma “ilha vermelha” num “mar preto”. As tentativas da direita de recentralização vincularam-se, desde o final da década de 20, às estratégias de desparlamentarização. Em 1933-34, o governo cristão-social fez um “autogope” e estabeleceu um regime austrofascista centralizado (TÁLOS, NEUGEBAUER, 1988).

2.2 - Viena

Em 1918, a perda do interior vienense provocou uma grande crise. O desemprego foi alto, a população reduziu-se de 2,12 milhões em 1910 para 1,92 milhões em 1923 (FAßMANN, 1995, p. 14). A crise abriu o caminho para novos atores na política vienense. Com o voto universal no auge do reformismo democrático, logo depois da Guerra, o partido social-democrata ganhou a Prefeitura e o Estado de Viena. A social-democracia implantou novas políticas, que foram, pelo menos, capazes de minimizar os efeitos locais da crise econômica e aumentar consideravelmente as condições de vida (ÖHLINGER, 1993). No centro da política social-democrata, havia um programa de habitação bastante ambicioso. Os investimentos pesados em infra-estrutura e moradia estimularam a indústria local nos anos 20. Durante muitos anos, os gastos de capital do Governo vienense foram mais altos que os do Governo Central. De 1924 a 1928, os gastos de capital do Governo de Viena foram de ATS 817,2 mi frente aos ATS 738,2 mi do Governo Federal (WEBER, 1995a, p. 539, tab. 3)! Faltou à social-democracia, porém, uma estratégia econômica consistente. Os efeitos positivos para a indústria local foram, principalmente, resultado de um compromisso social. Sua estratégia nacional tentou ir gradualmente em direção ao socialismo — um conceito algo original que, no nível internacional, foi um ponto de referência chamado “austromarxismo”. Com um governo nacional conservador, todos os esforços intelectuais e políticos do partido e de seu movimento social centraram-se na Cidade. Isso permitiu uma ampla gama de estratégias inovadoras,

mundialmente reconhecidas em áreas tão diversas como moradia, reforma escolar e assistência social. A “Viena Vermelha” baseou-se num vínculo muito forte entre o partido, a sociedade civil e a administração local. Por todos os aspectos da vida, a organização partidária assumiu a responsabilidade: trabalho, esporte, lazer, cultura, etc. (MADERTHANER, 1993). A Prefeitura e, por isso, o partido responsabilizaram-se por fornecer todos os serviços relevantes à população, especialmente às classes populares.

Somente por causa de uma estrutura sócio-econômica regional heterogênea e da falta de hegemonia por parte da burguesia, possibilitou-se o desenvolvimento político divergente entre o nível nacional e o local. Mesmo assim, o experimento “Viena Vermelha” foi de curta duração. O governo conservador começou uma estratégia deliberada de centralização, cujo eixo foi a chamada “marcha fiscal a Viena”. Financeiramente estrangulada pelo governo nacional e pela crise severa depois de 1929, “Viena Vermelha” teve que cortar parte de seu programa de reformas já antes da tomada da Prefeitura por forças conservadoras depois da guerra civil, em 1934.

2.3 - Fascismo: a versão alemã

No começo de 1938, a base social do regime austrofascista foi erodida. A posição internacional da Áustria foi de isolamento, facilitando a ocupação do País pela Alemanha fascista, sendo este o primeiro passo do expansionismo territorial alemão. A aliança entre o governo nazista e os industriais tentou superar a crise estrutural do regime extensivo de acumulação com uma estratégia territorialmente expansiva, a fim de angariar recursos naturais baratos e mercados prontos para o capital alemão. Politicamente, a Áustria foi integrada ao Estado alemão. Economicamente, foi logo integrada à indústria bélica alemã. Especialmente na Áustria Alta, novas indústrias básicas, principalmente a metalúrgica, foram instaladas. Por isso, a estrutura industrial austríaca mudou significativamente, alterando-se geograficamente e orientando-se cada vez mais em direção ao Oeste. A classe trabalhadora austríaca cresceu bastante — mesmo o trabalho forçado tendo um papel fundamental nas indústrias bélicas (MULLEY, 1988; KERNBAUER, WEBER, 1988; MOSER, 1996).

Em 1939, o regime nazista criou a Grande Viena, “fisicamente, a maior cidade da Alemanha”, incorporando, administrativamente, municípios antes independentes (SCHUBERT, 1985, p. 458), o que serviu apenas para ocultar o objetivo real de degradar essa cidade politicamente “perigosa” e “multicultural”. Judeus, donos de empresas, muitas vezes pequenos comerciantes e produtores, foram expropriados. Viena foi o campo experimental da arianização vinculada à

racionalização da pequena produção e do pequeno comércio (ALY, HEIM, 1993). Os intelectuais de destaque que, depois de quatro anos de austrofascismo, ainda não haviam saído do País foram pegos pelo regime nazista. Duzentos mil cidadãos de Viena foram deportados para campos de concentração, assassinados, ou tiveram que fugir do País (FABMANN, 1995, p. 14). Poucos intelectuais voltaram para a Cidade depois da Guerra, embora haja um número significativo de pensadores famosos que nasceram em Viena.

3 - Viena pós-guerra: perdendo sua autonomia durante a construção bem-sucedida de um Estado-nação (1945 até cerca de 1986)

3.1 - Áustria

A versão austríaca do fordismo teve suas peculiaridades. O fordismo austríaco surgiu, inicialmente, de políticas de oferta de mão-de-obra barata e obediente e das exportações a outros países do Oeste europeu, ampliando, assim, o mercado doméstico (HWALETZ, 1996). A partir de 1947-48, o Governo austríaco concentrou-se no desenvolvimento da indústria básica, localizada principalmente na Áustria Alta e nacionalizada depois da Guerra (MOSER, 1996). Diferenças dentro da coalizão de social-democratas e conservadores impediram, porém, que essa opção fosse aproveitada integralmente. Os conservadores conseguiram limitar a atuação das estatais à indústria básica, proibindo-as de entrar no setor da produção final. Durante os anos 50 e 60, as estatais foram fornecedoras baratas das empresas privadas. Somente nos anos 70, o governo social-democrata foi capaz de usar as estatais como veículo de promoção do desenvolvimento tecnológico (SCHERB, MORAWETZ, 1986). A indústria austríaca especializou-se paulatinamente na provisão de uma gama de insumos baratos para a indústria fordista em outros países da Europa ocidental, especialmente a Alemanha. A partir dos anos 70, o FDI na Áustria centrou-se na indústria de fornecedores. A quota de exportação (exportação de produtos industriais/PNB) aumentou de 12,6% em 1950 para 19,0% em 1973 e 23,2% em 1987 (MADDISON, 1991, p. 326, Tabela F.7). O turismo de massa foi outro vínculo decisivo para o novo padrão de consumo fordista na Europa ocidental (HWALETZ, 1996).

Mesmo com uma política salarial restritiva, os salários reais conseguiram crescer. De 1960 até 1990, o crescimento médio anual dos salários reais foi de 3,1%, comparado com um crescimento anual da produtividade de trabalho

(definida como PNB/empregado) de 3,3% (GUGER, 1993, p. 231, Tabela 1, MARTERBAUER, 1991). A pequena produção foi crescentemente absorvida pelo setor capitalista (HWALETZ, 1996, p. 110). As indústrias de bens de consumo permaneceram dominadas por empresas pequenas ou de médio porte e, comparadas às da Europa Ocidental, seguiram uma orientação bastante tradicional (AIGINGER, 1989). O Governo estabilizou a demanda. Por causa da herança do fascismo alemão e das políticas de Pós-Guerra, que, dentro de um contexto de guerra fria, tentaram fortalecer as indústrias na parte oeste da zona de ocupação (especialmente, a Áustria Alta), negligenciando a zona de ocupação soviética no Leste, houve uma deslocação contínua da indústria austríaca em direção ao Oeste europeu (MOSER, 1996). O Governo austríaco tentou, então, uma aproximação com o Oeste, favorecendo a Área Européia de Livre Comércio (AELC) em relação à Comunidade Econômica Européia (CEE), até os anos 80. Diferentemente do Entre-Guerras, o fordismo foi o “período de ouro” do capitalismo austríaco. O PNB *per capita* real aumentou 9% a.a. entre 1950 e 1973, comparado a uma média da Europa ocidental de 3,8% (MADDISON, 1995, p. 62, tab. 3-2).

Até 1983 (e menos intensivamente até 1986), o governo social-democrata tentou preservar elementos fundamentais do regime de acumulação fordista, adaptando-se à nova situação. Numa concepção de “austrokeynesianismo”, o Governo tentou tanto melhorar a competitividade internacional como estabilizar a demanda doméstica, mantendo uma taxa alta de câmbio e vinculando o xelim austríaco ao marco alemão; o Governo pressionou as empresas a aumentarem a sua produtividade e, em contrapartida, proporcionou um ambiente estável de política cambial para fomentar os negócios com a área central da CEE. Os sindicatos aceitaram uma política salarial restritiva e foram recompensados com uma política fiscal bastante expansiva, o que estabilizou a demanda. Setores protegidos da economia serviram para absorver choques (NECK, 1990, WEBER, VENUS, 1993). Os vínculos comerciais de investimento com a Alemanha continuaram crescendo, as filiais industriais austríacas serviram de fornecedoras para a indústria alemã (MORAWETZ, 1990). O alto grau de diferenças salariais permitiu a sobrevivência de certas indústrias tradicionais e de baixo nível tecnológico — por exemplo, têxtil, sapatos — (AIGINGER, 1989, GUGER, 1993, p. 234-237). As empresas paraestatais foram modernizadas. O setor financeiro austríaco permaneceu bastante controlado pelo Estado, comparado ao de outros países do Oeste, mas na linha do desenvolvimento alemão e, por isso, impondo restrições às novas formas de atividades bancárias (AGLIETTA, 1993; HWALETZ, 1996, p.121 e seg., 135-140). Assim, mesmo as atividades internacionais dos bancos austríacos cresceram significativamente (INTERNATIONALE..., 1995, p. 83). O modo austríaco de desenvolvimento nos anos 70 e no começo dos anos 80 caracterizou-se pela forte continuidade da “época de ouro”. O PNB real

per capita cresceu 3,0% a.a. entre 1973 e 1979 e 1,9% a.a. entre 1979 e 1989 comparado com um crescimento médio dos EU15 de 2,2% e 2,0% respectivamente (HISTORICAL..., 1995, p. 50, Tabela 3.2). O desemprego foi bem abaixo do de outros países do Oeste europeu (Statist. Jb. Rep. Öst., 1993, p. 477, tab. 6.06).

O regime do Pós-Guerra fundamentou-se numa nova aliança entre o capital (produtivo), a classe média e o trabalho organizado. O capital entrou nessa aliança econômica e politicamente bastante enfraquecido. Após 1945, o grande capital privado austríaco virtualmente não existia. A maioria das empresas privadas ficaram de porte pequeno ou médio. Depois da nacionalização das empresas alemãs, setores-chave da economia ficaram sob o controle estatal (TRAXLER, 1991, p. 748). Economicamente, o capital privado não conseguiu se impor de novo como no pré-guerra. A direita estava politicamente desacreditada no período entre-guerras e teve que enfrentar uma competição sistêmica mais forte no nível internacional. Por outro lado, a classe trabalhadora sofreu bastante durante os dois fascismos. A social-democracia abriu mão das partes de seu programa político que visavam a uma transformação sistêmica. Até o final da ocupação em 1955, o *status* austríaco ficou em aberto, resultando na minimização de disputas internas pelas forças austríacas dominantes, o que pode ter aumentado a influência internacional. Essa valorização do consenso reduziu o *appeal* ideológico de uma política classista. A influência do aparelho ideológico do partido e da Igreja — do marxismo e do catolicismo — diminuíram drasticamente e foi substituída por meios aparentemente mais neutros: a televisão estatal e a ciência positivista. Comprou-se a lealdade das massas, compactuada pelo fortalecimento das relações clientelistas. O aparelho do Estado foi permeado pela influência dos partidos. O funcionalismo público e o emprego no Estado, as perspectivas profissionais e o acesso à moradia popular dependiam, em grande parte, da afiliação partidária. Nos anos 50 e 60, aproximadamente 25% dos austríacos foram afiliados a um partido (ULRAM, 1996, p. 295). Os dois grandes partidos — SPÖ e ÖVP (sucessor do partido cristão-social) —, que normalmente formavam um governo de coligação, foram, respectivamente, interligados a sindicatos e a organizações empresariais. Governo e grandes grupos de interesse formaram instituições corporativistas que tornaram a Áustria um modelo de neocorporativismo (GERLICH et al., eds, 1985, TÁLOS, 1993). A individualização foi vista como perigosa pelos dois blocos dominantes. Houve um fortalecimento da centralização de tomada de decisões de cima para baixo. Esse *set-up* organizacional foi funcional para resolver os conflitos nos diversos campos da política econômica. A estabilidade política, fruto desse neocorporativismo e do crescimento econômico, facilitou a acomodação de interesses sociais, o que reforçou mutuamente o Estado-nação austríaco e recebeu um alto grau de legitimação nos anos 70 (HANISCH, 1994).

Resumindo, nos anos 70 e 80, a sociedade austríaca assumiu mais profundamente um caráter capitalista. Essa mudança sócio-econômica foi acompanhada por uma melhoria significativa das condições sociais. Esse padrão de mudança social permitiu ao capital e aos seus intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1971) difundir os valores capitalistas nas classes subalternas. O clientelismo começou a perder importância (ULRAM, 1996).

3.2 - Viena

No período imediatamente posterior à Guerra, as políticas econômicas do Governo austríaco e dos países que ocuparam a Áustria resultaram num deslocamento do centro de gravidade industrial para o Oeste do País. Além disso, devido ao detrimento do pólo industrial vienense, a sua indústria restringiu-se ao mercado nacional. Viena, perto da "Cortina de Ferro", perdeu seu interior. A partir dos anos 60, as empresas começaram a se afastar do centro da Cidade, primeiro para a Grande Viena, depois para partes mais periféricas do Leste da Áustria (TÖDTLING, 1984, p. 406), o que provocou uma dispersão de empregos, mas não uma descentralização do controle. Em 1973, *headquarters* em Viena controlavam 43% de todos os empregos austríacos em sucursais industriais. Na indústria de transformação, Viena teve o controle de, aproximadamente, três quartos dos empregos em sucursais industriais austríacas (TÖDTLING, 1984, p. 404). A partir de 1973, o padrão nacional fordista de centro-periferia começou a dissolver-se. Em 1981, a posição de Viena como centro organizacional de controle decaiu, causando um fortalecimento de cidades menores (MAIER, TÖDTLING, 1986, p. 1218).

Na área política, a social-democracia assumiu novamente o governo local, mas as estratégias políticas não foram mais elaboradas em nível local. As políticas keynesianas foram, então, implementadas em nível nacional, e as políticas locais seguiram seu curso. A social-democracia, embora recebendo bem acima de 50% dos votos, entrou numa coalizão com os conservadores. Essa política que sempre buscou o consenso, manteve a paz social, mas minou as inovações e a criatividade. A política econômica local do Pós-Guerra consistiu em duas estratégias paralelas: primeiro, a câmara local de comércio protegeu a economia local através de severas barreiras burocráticas contra novos concorrentes; segundo, tentou-se atrair grandes investidores estrangeiros. Concernente à posição internacional de Viena como centro político, os Governos nacional e local usaram o *status* austríaco como poder neutro na guerra fria, conseguindo convencer diversas organizações internacionais importantes, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a OSCE, a OPEC, a escolherem Viena como centro administrativo.

O governo social-democrata local e a sua burocracia eram diretamente responsáveis pela prestação de serviços sociais — como moradia, educação e saúde —, nisso consistindo a função central do Estado local. A sua relação com a sociedade civil também mudou. O partido como instituição nodal vinculando a sociedade civil à sociedade política foi despolitizado e tornou-se um veículo do clientelismo. Concernente às outras partes da sociedade civil, a social-democracia tentou uma estratégia semelhante à cooptação; a sociedade civil foi “estatizada”. A administração apoiou financeiramente forças potencialmente de oposição, evitando, assim, uma oposição crítica aberta da sociedade civil. O cosmo cultural e intelectualmente progressista do período entre-guerras, não falando do *fin-de-siècle* em Viena, foi destruído definitivamente.

4 - Viena no final do século: um centro desafiado em busca de uma estratégia de desenvolvimento local (a partir de 1986)

4.1 - Áustria

Devido às altas taxas de juros internacionais, tornou-se cada vez mais difícil sustentar uma política fiscal expansionista, ponto nodal do austrokeynesianismo (FITOUSSI, 1995). A CEE entrou numa nova fase com a proposta do mercado único. Como a economia austríaca foi extremamente orientada para a CEE, esse programa causou sérias repercussões na Áustria (KARLHOFER, TÁLOS, 1996, p. 50 e seg.). Com a abertura do Leste europeu em 1989, novos desafios emergiram, gerando grande necessidade de reestruturação nas empresas austríacas (BELLAK, 1995, p. 25). Esses acontecimentos internacionais não provocaram somente uma reestruturação econômica, mas também fortaleceram politicamente os interesses empresariais, que exigiam custos salariais mais baixos para poder aumentar a rentabilidade e queriam abrir novos campos para o capital privado. O governo reagiu adotando uma política fiscal muito mais restritiva (reforma fiscal e um déficit *spending* mais cauteloso), avançando com o programa de privatização, liberalizando o setor bancário e o fluxo de capitais e preparando para filiar-se à CEE, hoje chamada União Européia (UE). Essas medidas resultaram em uma estratégia orientada mais para fora, negligenciando o mercado interno, de forma semelhante à estratégia de deflação competitiva em voga na Europa ocidental. Uma parcela das medidas adotadas foi de encontro aos interesses dos investidores financeiros. E as duas forças sociais dominantes do novo projeto foram o capital

(especialmente a fração orientada para a exportação e intermediários financeiros) e a classe média alta.

O capital austríaco orientou-se mais para fora. O FDI austríaco no Exterior aumentou de um insignificante ATS 16,8 bn em 1988 para ATS 71,4 bn em 1995 (capital nominal, ÖSTERREICHISCHE..., 1997, p. 12 e seg., tab. 1.1). Em meados dos anos 90, diminuiu a velocidade desse crescimento, seus fluxos caíram pela metade entre 1992 e 1995 (STANKOVSKY, 1996, p. 353). Numa antecipação ao mercado único e para uma possível adesão da Áustria à UE, grande parte do FDI concentrou-se na Europa ocidental, embora houvesse uma involução na percentagem do estoque de capital alemão de FDI (capital nominal, ÖSTERREICHISCHE..., 1997, p. 12, Tabela 2.1, BELLAK, 1995, p. 25). As empresas austríacas responderam rapidamente à abertura de novas oportunidades na Europa central. Em 1995, 16,2% do estoque do FDI (capital nominal) localizou-se na Hungria (ÖSTERREICHISCHE..., 1997, p. 12, Tabela 2.1). O crescimento do FDI na Áustria não foi tão espetacular. O estoque cresceu de ATS 51,6 bn em 1988 para ATS 71,3 bn em 1994 (ÖSTERREICHISCHE..., 1997, p. 13 e seg., Tabela 1.2.), em sua grande parte proveniente de corporações alemãs (35,7% em 1985 e 41,2% em 1995, capital nominal, ÖSTERREICHISCHE ..., 1997, p. 13, Tabela 1.2).

Numa tentativa de aumentar a competitividade internacional e os lucros, as empresas austríacas empreenderam uma estratégia de redução de gastos com pessoal; isso se materializou através da diminuição de empregos e de uma política salarial restritiva, acordada com os sindicatos (HWALETZ, 1996, p. 190-193, GUGER, 1993, p. 232-234). A redução de gastos e a crescente internacionalização do capital produtivo não se traduziu num crescimento da quota de exportação no que concerne a exportações de produtos manufaturados. Na verdade, essa quota reduziu-se suavemente de 26,3% em 1985 para 22,8% em 1994 (cálculos próprios baseados no STATISTISCHE..., 1995: 88, Tabela 9.0 & 94 e seg., Tabela 10.0.0). Mesmo com a inclusão das exportações de serviços, não houve crescimento estável da quota de exportação (HISTORICAL..., 1995, p. 75, Tabela 6.12).

Essa reestruturação implicou um declínio forte das indústrias de bens de consumo tradicional (STATISTISCHE..., 1996, p. 13, Tabela 8.2; LEITNER, HENKEL, 1996; LAMEL, 1996; SMOLKA, 1996). Na agricultura, a reestruturação decisiva ainda está para acontecer. Aumentou o peso de algumas, mas não de todas as indústrias de base. O setor de *high-tech* continuou sendo desenvolvido num patamar pequeno, fornecendo somente 6,8% das exportações em 1991, comparado com a média da OECD de 15,9% (POINTNER, SCHNEIDER, 1994, p. 49, Tabela 4). A privatização das antigas estatais pôde enfraquecer ainda mais a capacidade tecnológica dessas empresas que, possivelmente, se

tornaram subsidiárias de corporações estrangeiras, com os seus centros tecnológicos localizados em outros lugares.

Em 1994, a entrada da Áustria na Área Econômica da Europa (AEE) e, em 1995, na UE implicou um reordenamento douradouro da regulação política entre os diferentes níveis territoriais, cimentando, assim, a reorientação política iniciada em 1986. Na verdade, os dois fatos aconteceram paralelamente. Várias competências políticas importantes passaram ao nível supranacional, embora as relações trabalhistas, a seguridade social e as políticas de meio-ambiente tenham permanecido, basicamente, prerrogativas dos Estados-nação. As políticas nacionais nessas áreas ficaram — devido ao mercado único — sob pressão de ajuste para baixo (BECKER, 1996; STREECK, 1995). Essas pressões aumentaram com os critérios de Maastricht, que já resultaram em cortes no Estado de Bem-Estar. A mudança dos níveis de regulação para a UE implicaram um remanejamento de forças sociais e políticas. Em nível supranacional, os sindicatos e os “novos” movimento sociais tornaram-se menos capazes de organizar-se e de reagir do que as associações de empresas, o que foi agravado pelo fortalecimento do Executivo em detrimento do Legislativo. Este último foi sempre importante para os sindicatos conseguirem concessões em nível nacional. E, ainda que as estruturas neocorporativistas da Áustria tenham se adaptado organizacionalmente à UE (KARLHOFFER, TÁLOS, 1996), não apresentaram, porém, uma tendência clara em direção a um microcorporativismo, como se pôde observar em muitos países europeus; ver, no geral, Regini (1991); sobre a Áustria, Traxler (1993). O papel das instituições neocorporativistas na Áustria está sendo redefinido de maneira a dar prioridade absoluta ao fortalecimento da competitividade internacional.

Com exceção de parcelas do Partido Verde e da social-democracia, o neoliberalismo foi abraçado por todos os partidos, refletindo o crescente poder de uma burguesia cada vez mais europeizada. Enquanto o SPÖ e o ÖVP adotaram uma versão moderada do neoliberalismo — de preservação das instituições neocorporativistas, mas de forma modificada —, o FPÖ, partido da extrema direita, propõe um programa neoliberal radical, tentando destruir as instituições neocorporativistas onde não esteja representado de maneira significativa (SCHUI et al. 1997, cap. 8). O FPÖ suplementa seu neoliberalismo radical com um discurso fortemente nacionalista e xenofóbico. Sua orientação ideológica pode capitalizar um ressentimento bem difundido contra o caráter estático das instituições neocorporativistas e uma predisposição ideológica proveniente de uma longa história na Áustria moderna. Pode-se dizer que, na Áustria, está ocorrendo uma maior aceitação do liberalismo — ainda que nem sempre de maneira eufórica — do que antes. As políticas liberais oscilam, porém, entre favorecer o capital financeiro ou o industrial, faltando uma estratégia coerente de acumulação.

4.2 - Viena

Comparada com outras cidades da Europa, a taxa de crescimento de Viena de 2,2% a.a. entre 1975 e 1993 está ligeiramente acima da média (MAYERHOFER, PALME, 1996, p. 34). Esse resultado macroeconômico comparativamente bem-sucedido é surpreendente, porque o deslocamento industrial para a Grande Viena não foi interrompido (MESCH, 1989, p. 371; REITERLECHNER, SCHMEE, 1995, p. 34). Porém os ramos que necessitam de grandes vantagens de aglomeração permanecem na Cidade. Por causa do processo de reestruturação avançado, somente 6,9% dos empregos industriais continuam em ramos fortemente expostos à reestruturação, enquanto, no estado vizinho de Viena (a Áustria Baixa), 46,1% estão ameaçados (MAYERHOFER, PALME, org. 1994, 46f.). A FDI industrial continua concentrada em Viena, onde está menos orientada para a Europa ocidental e mais para o mercado doméstico que no resto do País. A prestação de serviços também continua concentrada em Viena, especialmente os serviços financeiros e o FDI não industrial (STATISTISCHE..., 1993, p. 275, Tabela 21.09, GLATZ, MOSER, 1989, p. 83). Entre 1981 e 1991, os setores de serviços produtivos empregaram um adicional de 23.000 pessoas; infelizmente, um número bem menor do que as perdas sofridas pela indústria (54.000). Levando-se em consideração a indústria e os serviços produtivos juntos, Viena perdeu 21.565 empregos entre 1981 e 1991 e, adicionalmente, 28.759 entre 1991 e 1994 (BIRNER et al. 1997, p. 48.52). Em relação ao nível internacional, os serviços produtivos avançados desenvolveram-se bastante tarde em Viena — grande parte dessas empresas estão pequenas e somente têm vínculos nos níveis regional ou nacional (TÖDTLING, TRAXLER, 1995, p. 189). No que concerne aos serviços para o mercado, Viena não possui uma vantagem competitiva clara, mesmo sendo a maior cidade universitária da língua alemã. Os vínculos entre a universidade, as empresas e o Governo local estão ainda muito fracos. Viena continua confiando muito nos serviços não mercantilizáveis, bem como na administração pública (22,1%).

Enquanto a política keynesiana, em 1986, se extinguiu em nível nacional, em Viena, durante mais de uma década, evitou-se uma ruptura maior. O forte desempenho do setor público e da indústria da construção reflete a predominância da política econômica local keynesiana de estabilização da demanda sobre estratégias mais flexíveis de *high-tech* e a promoção de empreendedores. Mesmo estando o serviço público e a indústria da construção prestes a sofrer uma pressão crescente no futuro próximo, parece que contribuíram para aliviar os custos da reestruturação. Nesse sentido, a política de Viena pode ser considerada como um desvio conservador dos padrões nacional e internacional neoliberais, cujos resultados macroeconômicos são medíocres (DUNFORD, 1994). Porém as estratégias defensivas de proteger empresas locais pequenas e atrair grandes investidores estão cada vez mais perdendo a viabilidade.

A administração pública em Viena foi parcialmente autonomizada. Criaram-se novas entidades de planejamento para viabilizar projetos e objetivos específicos, com maior capacidade para responder rápida e flexivelmente aos pedidos dos investidores. Essas organizações não estão mais sob controle parlamentar direto (MAYERHOFER, 1994, p. 44 e seg.). Foi criada uma secretaria municipal responsável por assuntos “exteriores”, com o intuito de estimular a competitividade. Além disso, a Prefeitura continua sendo a maior acionista do maior banco austríaco, que, após uma denominada privatização, tornou-se proprietário de empresas municipais. Pode-se detectar nessas mudanças organizacionais o projeto de um “Estado empreendedor” com diminuída responsabilidade democrática e social. Ocorre, porém, que o velho modelo burocrático ainda é dominante. Em 1995, havia em Viena uma administração central que empregava 59.752 servidores públicos, além de 11.289 professores e 15.118 empregados em empresas públicas (MAGISTRAT..., 1996). A arrecadação local de impostos e de taxas cobradas para serviços de infra-estrutura, com uma estrutura caracteristicamente regressiva, está estagnando, e as transferências federais estão se reduzindo (IMHOF, 1997, p. 81). Nos anos 80 e até 1992, o orçamento esteve sob controle. Nos últimos anos, porém, as altas dívidas acumularam-se, chegando a um patamar perigoso de mais de ATS 14 bi em 1995 (IMHOF, 1997, p. 75). A qualidade dos serviços e a relação clientelista com a sociedade civil está ameaçada.

Nas eleições municipais de 1996, a social-democracia perdeu nove de suas 52 cadeiras no Parlamento local, sendo que os partidos de extrema direita (29 cadeiras) e o novo partido liberal (seis cadeiras) saíram fortalecidos. A social-democracia preferiu o partido conservador enfraquecido (15 cadeiras) do que se coligar ao Partido Verde, que ficou estagnado (sete cadeiras), para cogovernar. Aparentemente, isso não é só um reflexo da aliança em nível nacional; evidencia também que há uma preparação maior para reestruturar o serviço público, o que poderá acabar com essa estratégia de desvio defensivo, para se adotarem políticas mais claramente neoliberais.

5 - Conclusão

Este artigo mostrou as mudanças na relação entre as estratégias de acumulação e os projetos de Estado na Áustria e em Viena, identificando períodos mais estáveis e outros com mais características de crise. Os dois períodos de estabilidade estão em contraste marcante um com o outro. O regime habsburgiano de acumulação, anterior a 1914, foi caracterizado por um patamar elevado de extraversão (mascarado) e uma heterogeneidade regional. Em termos

políticos, o bloco social mostrou-se muito fraco na promoção desse projeto de desenvolvimento econômico. Viena foi, sem contestação, o centro financeiro e industrial do Império. O bloco social dominante de Viena foi mais coerente do que o de nível nacional, ao adotar uma política local ativa diferente, mas sem ser contraditória com o padrão nacional. O regime pós 1945 foi caracterizado por um alto grau de introversão e homogeneidade regional. O bloco do poder nacional ganhou um elevado padrão de adesão popular. O desenvolvimento sócio-econômico de Viena perdeu muito de suas peculiaridades. A política local foi, de fato, degradada à execução de políticas elaboradas no nível nacional.

Os dois modos de desenvolvimento estáveis entraram numa grande crise, resultaram, porém, em diferentes possibilidades para um contraprojeto local. No período do entre-guerras, foi elaborado um projeto decididamente de esquerda, baseado nas classes populares e parcialmente implementado em nível local, já incluindo alguns elementos da ordem do Pós-Guerra. A margem de *manoeuvre* abriu-se não somente pelo desenvolvimento regional heterogêneo, mas também pela fraqueza do bloco nacional do poder, que parcialmente se originou na era habsburgiana. Faltou uma estratégia de acumulação viável, e a "Viena Vermelha" nunca ganhou a dominação ideológica.

Contrastivamente, hoje o bloco social dominante na Áustria tem os requisitos sociais necessários para a aceitação popular do liberalismo. A classe trabalhadora foi bem integrada no fordismo, sendo, assim, mais inclinada para aceitar a ideologia burguesa. Existem condições favoráveis para implementar um projeto liberal, mas moderado, de Estado. Falta, porém, um projeto de acumulação nacional coerente. Embora a heterogeneidade regional esteja avançando internacionalmente, as condições sócio-políticas de Viena não são propícias para a formulação de um contraprojeto local. Até agora, o Governo local de Viena adotou uma estratégia de desvio conservadora. Mas, por causa das pressões financeiras e ideológicas, é provável que, num futuro próximo, as políticas locais sigam o padrão nacional mais nitidamente.

Concluindo-se, num contexto mais geral, pode-se aprender com a experiência vienense que um desenvolvimento regional heterogêneo é somente um requisito necessário, mas não suficiente, para um projeto de Estado local divergir daquele do padrão nacional. Parece que as forças populares somente conseguem estabelecer um contraprojeto em nível local quando o grupo dominante nacional não consegue obter mais a aceitação popular para o seu projeto ideológico e um contrabloco emergente for capaz de utilizar essa inaceitação para formular e apresentar seu próprio projeto social. Atualmente, essas condições inexistem. Por isso, todas as saídas da crise atual apontam, em todos os níveis territoriais, para a direita.

Bibliografia

- AGLIETTA, M. (1993). Crises et cycles financiers: une approche comparative. **Révue d'Économie Financière**, n.26, p.5-50.
- ALINGER, K. (1989). Industriell gewerblicher Sektor. In: ABELE, H. *et al.*, eds. **Handbuch der österreichischen Wirtschaftspolitik**. Wien : Manz.
- ALY, G., HEIM, S. (1993). **Vordenker der Vernichtung**: ausschwitz und die deutschen Pläne für eine neue europäische Ordnung. Frankfurt : Fischer.
- BANIK-SCHWEITZER, R. (1996). Die Grobbstädte im gesellschaftlichen Entwicklungsprozeß in der zweiten Hälfte des 19. Jahrhunderts. In: MELINZ, G., ZIMMERMANN, S. , eds. **Wien – Prag – Budapest**. Wien : Promedia. p.34-45.
- BECKER, J. (1996). Fenster für die Linke: umbrüche in der Weltwirtschaft und alternative Gesellschaftsprojekte in der Semiperipherie. **Kurswechsel**, n.1, p.8-25.
- BECKER, J., NOVY, A (1996). **Territorial regulation and the Vienna region**: a historical – geographical overview. Viena. (IIR; discussion papers, 54).
- BELLAK, Ch. (1995). **Austrian manufacturing firms abroad**: the last 100 years. Wien : WU-Wien. (Working paper, n.35).
- BIRNER, A. *et al.* (1997). **Die neue Industrielandschaft Österreichs**: forschungsbericht. Wien : ÖIR.
- BRUCKMÜLLER, E. (1985). **Sozialgeschichte Österreichs**. Wien : Herold.
- BUTSCHEK, F. (1985). **Die österreichische Wirtschaft im 20. Jahrhundert**. Stuttgart : Gustav Fischer.
- BUTTERWEGE, C. (1991). **Austromarxismus und Staat**: Politiktheorie und Praxis der österreichischen Sozialdemokratie zwischen den beiden Weltkriegen. Marburg : Verlag Arbeit & Gesellschaft.
- DUNFORD, M. (1994). Winners and losers: the new map of economic inequality in the european union. **European Union and Regional Studies**, v.1, n.2, p.95-114.
- FABBMANN, H. (1995). Der Wandel der Bevölkerungs – und Siedlungsstruktur in der Ersten Republik. In: TÁLOS, E., *et al.*, eds. **Handbuch des politischen Systems Österreichs**: Erste Republik 1918-1933. Wien : Manz. p.11-22.

- FIORI, J. L. (1995). **O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista**. Rio de Janeiro : UERJ.
- FITOUSSI, J.-P. (1995). **Le débat interdit: monnaie, Europe, pauvreté**. Paris : Arléa.
- FUCHS, A. (1996). **Geistige Strömungen in Österreich 1867-1918**. Wien : Löcker.
- GERLICH, P., *et al.*, eds. (1985). **Sozialpartnerschaft in der Krise: Leistungen und Grenzen des Neokorporatismus in Österreich**. Wien; Köln; Graz : Böhlau.
- GLATZ, H., MOSER, H. (1989). **Ausländische Direktinvestitionen in Österreich: Auswirkungen auf Beschäftigung, Wachstum und Wettbewerbsfähigkeit der Industrie**. Frankfurt : Campus.
- GOOD, D. F. (1986). **Der wirtschaftliche Aufstieg des Habsburgerreiches 1750-1914**. Wien : Böhlau.
- GRAMSCI, A (1971). **Selections from the prison notebooks**. London : Lawrence and Wishart.
- GROSS, N. T. (1985). Die Industrielle Revolution im Habsburgerreich 1750-1914. In: CIPPOLLA, C. M., BORCHARDT, K. **Europäische Wirtschaftsgeschichte Bd.4**. Stuttgart; New York : G. Fischer. p.203-235.
- GUGER, A (1993). Lohnpolitik und Sozialpartnerschaft. In: TÁLOS, E., ed. **Sozialpartnerschaft Kontinuität und Wandel eines Modells**. Wien : Verlag für Gesellschaftskritik. p.227-241.
- HANISCH, E. (1994). **Der lange Schatten des Staates: Österreichische Gesellschaftsgeschichte im 20. Jahrhundert. 1890-1990**. Wien : Ueberreuter.
- HISTORICAL statistics 1960 – 1993 (1995). Paris : OECD.
- HOBSBWAN, E. J. (1991). **Nations and nationalism since 1780: programme, myth, reality**. London : Canto.
- HWALETZ, O. (1996). Austrofordismus: Ein Entwurf. In: ÖGKG, ed. **Auf in die Moderne: Österreich vom Faschismus zum EU – Beitritt**. Wien : Promedia. p.100-209.
- IMHOF, St. (1997). **Verteilungswirkungen auf der Einnahmenseite des Wiener Budget 1946-1995**. Wien : Diplomarbeit am Institut für Volkswirtschaft der WU. (unpublished).
- INTERNATIONALE Vermögensposition Österreichs von 1976-1993 (1995). In:

Oesterreichische Nationalbank: Berichte und Studie 1/1995. Wien. p.76-91.

JESSOP, B. (1990). **State theory:** putting capitalist states in their place. University Park/ The Pennsylvania State University.

KARLHOFFER, F., TÁLOS, E. (1996). **Sozialpartnerschaft und EU: Integrationsdynamik und handlungsrahmen der österreichischen Sozialpartnerschaft.** Wien : Signum.

KAUSEL, A. *et al.* (1965). **Österreichs Volkseinkommen 1913-1963.** Wien : WIFO.

KERNBAUER, H. *et al.* (1983). Die wirtschaftliche Entwicklung. In: WIENZIERL, E., STALNIK, K., eds. **Österreich 1918-1938.** Graz/ Wien/ Köln : Böhlau.

KERNBAUER, K, WEBER, F. (1988). Österreichs Wirtschaft 1938-1945. In: TÁLOS, E. ed. **NS – Herrschaft in Österreich 1938-1945.** Verlag für Gesellschaftskritik. p.49-68.

LAMEL, J. (1996). Die Industrie im ersten EU – Jahr. **Wirtschaftspolitische Blätter**, n.3/4, p.291-298.

LEHNERT, O. (1996). Der politische Mythos des "kleinen Mannes von Wien" und die soziale Realität einer saturierten Mittelstandsklientel. In: MELINZ, G., ZIMMERMANN, S., eds. **Wien – Prag – Budapest.** Wien : Promedia. p.93-107.

LEITNER, H., HENKEL, A. (1996). Strukturwandel im Gewerbe und Handwerk. **Wirtschaftspolitische Blätter**, n.3/4, p.283-291.

LERIDER, J. (1994). **Mitteleuropa: Auf den Spuren eines Begriffs.** Wien : Deuticke.

MADDISON, A. (1991). **Dynamic forces in capitalist development:** a long-run comparative view. London/ New York : Oxford University.

MADDISON, A. (1995). **Monitoring the World Economy 1820-1992.** Paris : OECD.

MADERTHANER, W. (1993). Die österreichische Sozialdemokratie 1918 bis 1934: Die größte Parteiorganisation der Welt. In: ÖHLINGER, W., ed. **Das Rote Wien 1918-1934.** Eigenverlag der Museen der Stadt Wien. p.28-44. (Sonderausstellung des Historischen Museums der Stadt Wien, 177).

MAGISTRAT DER STADT WIEN. GESCHÄFTSGRUPPE STADTENTWICKLUNG

- STADTPLANUNG UND AUBBENBEZIEHUNGEN DER STADT WIEN, eds. (1996). **Statistisches Jahrbuch der Stadt Wien 1995**. Wien.
- MAIER, G., TÖDTLING, F. (1986). Towards a spatial deconcentration of entrepreneurial control? Some empirical evidence for the Austrian regions 1973-1981. **Environment and Plannig A**, v.18, p.1209-1224.
- MARTERBAUER, M. (1991). Lohnpolitik und Einkommensverteilung in Österreich. **WSI – Mitteilunge**, n.1, p.10-18.
- MARX, Karl (1965). **Der 18. Brumaire des Louis Bonaparte**. Berlin : Insel.
- MAYERHOFER, P. (1994). **Wirtschaftsförderung in Wien**: probleme und Reformvorschläge unter Berücksichtigung der neuen geopolitischen Rahmenbedingungen. Wien. (Studie des WIFO im Auftrag der AK).
- MAYERHOFER, P., PALME, G. (1996). **Wirtschaftsstandort Wien**: positionierung im europäischen Städtenetz. Wien. (Studie des Österreichischen Instituts für Wirtschaftsforschung im Auftrag der Bank Austria AG).
- MEIBBL, G. (1983). Im Spannungsfeld von Kunsthandwerk, Verlagswesen und Fabrik: Die Herausbildung der industriellen Marktproduktion und deren Standortbedingungen in Wien vom Vormärz bis zum Ersten Weltkrieg. In: BANIK – SCHWEITZER, R., MEIBBL, G. **Industriestadt Wien**: Die Durchsetzung der industriellen Marktproduktion in der Habsburgerresidenz. Wien : Franz Deuticke. p.99-187.
- MELINZ, G., ZIMMERMANN, S. (1996). Grobbsstadtgeschichte und Modernisierung in der Habsburgermonarchie. In: : MELINZ, G., ZIMMERMANN, S., eds. **Wien – Prag – Budapest**. Wien : Promedia. p.15-33.
- MESCH, M. (1989). Beschäftigungsentwicklung und – struktur im Raum Wien 1970 bis 1989. **Wirtschaft und Gesellschaft**, v.15, n.3, p.349-388.
- MORAWETZ, I. (1990). Schwellenland Österreich? Aktuelle Änderungen der österreichischen Eigentumsstruktur im Sog der Internationalisierung der Bundesrepublik Deutschland. In: SCHERB, M., MORAWETZ, I., eds. **Fest in deutscher Hand?** Österreich und sein grobber Nachbar. Wien : Verlag für Gesellschaftskritik.
- MOSER J. (1996). Modernisierung am Beispeil Oberösterreich: Kontinuität von der NS-Zeit in die Wiederaufbauphase. In: ÖGKG, ed. **Auf in die Moderne**. p.87-98.

- MULLEY, K. – D. (1988). Modernität oder Traditionalität? Überlegungen zum sozialstrukturellen Wandel in Österreich 1938 –1945. In: TÁLOS, E., *et al.* **Austrofascismus: Beiträge über Politik, Ökonomie und Kultur 1934-1938**. Wien : Verlag für Gesellschaftskritik. p.25-48.
- NECK, R. (1990). Was bleibt vom Austrokeynesianismus? In: BEIRAT FÜR GESELLSCHAFTSWIRTSCHAFTS – UND UMWELTPOLITISCHE ALTERNATIVEN, ARBEITSGRUPPE ALTERNATIVE WIRTSCHAFTSPOLITIK, eds. **Steuerungsprobleme der Wirtschaftspolitik**. Memo – Forum Sonderband Bremen. P.159-181.
- ÖHLINGER, W., ed. (1993). Das Rote Wien 1918-1934. **Sonderausstellung des Historischen Museums der Stadt Wien**, Eigenverlag der Museen der Stadt Wien, n.177.
- ÖSTERREICHISCHE Direktinvestitionen im Ausland und ausländische Direktinvestitionen in Österreich. Stand per Ende 1995 (1997). **Statistisches Monatshefte**, Wien : Österreichische Nationalbank, n.6.
- ÖSTERREICHISCHE RAUMORDNUNGSKONFERENZ (1994). Regionales Wirtschaftskonzept für die Agglomeration Wien (Wien und Umland). In: MAYERHOFER, G., PALME, G. orgs. **WIFO**. Wien. (Schriftenreihe, n.118).
- PALME, G. (1995). Divergenz regionaler Konvergenzclub. **WIFO**, Wien, n.12, p.769-781.
- PLATT, D. C. (1984). **Foreign finance in continental Europe and the United States, 1815 –1870**. London : Allen & Unwin.
- POINTNER, J., SCHNEIDER, F. (1994). Österreich im internationalen Wirtschaftssystem. In: NOWOTNY, E., WINCKLER, G., eds. **Grundzüge der Wirtschaftspolitik Österreichs**. Wien. p.44-48.
- POLANYI, K. (1990). **The great transformation: Politische und ökonomische Ursprünge von Gesellschaften und Wirtschaftssystem**. Frankfurt am Main : Suhrkamp.
- RÁSKY, B. (1995). Die außenpolitischen Beziehungen Österreich zu den Nachfolgestaaten der Donaumonarchie (1918-1938). In : TÁLOS, E., *et al.*, eds. **Handbuch des politischen Systems Österreichs: Erste Republik 1918-1933**. Wien : Manz. p.665-668.
- REGINI, M. (1991). **Confini mobili: la costruzione dell'economia fra politica e società**. Bologna : Il Mulino.

- REITERLECHNER, CH., SCHMEE, J. (1995). **Die Entwicklung von Arbeitsstätten und Beschäftigten im Raum Wien 1981-1991**. AK – Wien. (Materialen zu Wirtschaft und Gesellschaft, n.56).
- SANDGRUBER, R. (1995). **Ökonomie und Politik: Österreichische Wirtschaftsgesichte vom Mittelalter bis zur Gegenwart**. Wien : Ueberreuter.
- SCHERB, M., MORAWETZ, I., eds. (1986). **Stahl und Eisen: Industrie und staatliche Politik in Österreich**. Wien : Verlag für Gesellschaftskritik.
- SCHUBERT, K. (1985). Wien. In: FRIEDRICHS, J. ed. **Stadtentwicklungen in West – und Osteuropa**. Berlin : Walter de Gruyter. p.347-574.
- SCHUI, H., *et al.* (1997). **Wollt ihr den totalen Markt?** Der Neoliberalismus und die extreme Rechte. München : Knauer.
- SELIGER, M. (1996). Wien im Zeichen bürgerlicher Vorherrschaft. Zu einigen Grundzügen liberaler und christlichsozialer Stadtpolitik. In: MELINZ, G., ZIMMERMANN, S. , eds. **Wien – Prag – Budapest**. Wien : Promedia. p.84-92.
- SMOLKA, K. (1996). Die österreichische Lebensmittelindustrie in der EU. **Wirtschaftspolitische Blätter**, n.3/4, p.298-306.
- STANKOVSKY, J. (1996). Direktinvestitionen in Osteuropa: Österreich auf dem Rückzug? **WIFO Monatsberichte**, n.6, p.349-353.
- STATISTISCHE NACHRICHTEN (1996). Wien : Österreichisches Statistisches Zentralamt, n.3.
- STATISTISCHES JAHRBUCH FÜR DIE REPUBLIK ÖSTERREICH 1993 (1993). Wien : Österreichisches Statistisches Zentralamt.
- STATISTISCHES MONATSHEFT (1995). Wien : Oesterreichische Nationalbank, n.6.
- STIEFEL, D. (1988). **Die grobke Krise in einem kleinen Land: Österreichische Finanz – und Wirtschaftspolitik 1929 – 1938**. Wien : Böhlau.
- STREECK, W. (1995). From market making to state building? Reflections on the political economy of European Social Policy. LEIBFIRE, ST. PIERSON, P., eds. **European social policy: between fragmentation and integration**. Washington : Brookings Institution.
- TÁLOS, E., ed. (1993). **Sozialpartnerschaft Kontinuität und Wandel eines Modells**. Wien : Verlag für Gesellschaftskritik.

- TÁLOS, E., *et al.*, eds. (1995). **Handbuch des politischen Systems Österreichs: Erste Republik 1918-1933**. Wien : Manz.
- TÁLOS, E., NEUGEBAUER, W., eds. (1988). **Austrofaschismus. Beiträge über Politik, Ökonomie und Kultur 1934 –1938**. Wien : Verlag für Gesellschaftskritik.
- TÖDTLING, F. (1984). Organisational characteristics fo plants in core and peripheral regions of Autria. **Regional Studies**, v.18, n.5,p.397-412.
- TÖDTLING, F., TRAXLER, J. (1995). The changing location of advanced producer services in Austria. **Progress in Planning**, v.43, parts 2-3, p.185-204.
- TRAXLER, F. (1991). Gewerkschaften und Unternehmerverbände in Österreichs politischem System. In: DACHS, H., et la. eds. **Handbuch des politischen Systems Österreichs**. Wien : Manz. p.335-352.
- TRAXLER, F. (1993). Vom Nachfrage – zum Angebotskorporatismus? In: TÁLOS, E., ed. **Sozialpartnerschaft Kontinuität und Wandel eines Modells**. Wien : Verlag für Gesellschaftskritik. p.103-116.
- ULRAM, P. A. (1996). Das Parteibuch Die soziale Bedeutung der Parteimitgliedschaft. In: KOS, W., RIGELE, G., eds. **Inventur 45/55**. Wien : Sonderzahl. p.287-297.
- WEBER, F. (1995). Die wirtschaftliche Entwicklung. In: TÁLOS, E., *et al.*, eds. **Handbuch des politischen Systems Österreichs: Erste Republik 1918-1933**. Wien : Manz. p.23-39.
- WEBER, F. (1995a). Staatliche Wirtschaftspolitik in der Zwischenkriegszeit. In: TÁLOS, E., *et al.*, eds. **Handbuch des politischen Systems Österreichs: Erste Republik 1918-1933**. Wien : Manz. p.531-551.
- WEBER, F., VENUS, TH., eds. (1993). **Austro-Keynesianismus in Theorie und Praxis**. Wien : Jugend & Volk.

Abstract

From a regulationist perspective, this paper wants to analyse under which preconditions local and nacional modes of development can diverge. Taking the modern history of Vienna and Austria as an example, the paper analyses the dialectics of accumulation strategies and nacional and local state projects. There can be distinguished four relevant historical periods. With regard to the convergence resp. divergence of local and nacional state projects, the two rather stable and the two rather instable periods stand in marked contrast to each other. The more general conclusion that can be derived from the Viennese experience is that a heterogeneous regional development is only a necessary, but not a sufficient condition for a local state project to diverge from the nacional one. It seems that popular forces can only establish a counter-project at the local level if the nacional dominant bloc fails to gain mass acceptance for its ideological dispensation and an emerging counter bloc is able to capitalise on this weakness by formulating its own social project.